

Mantendo a unidade

Abertura

Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida; imitai os valentes das províncias que vão estabelecer seu governo debaixo do melhor dos sistemas – o representativo.

Esse é um pequeno trecho do manifesto do pernambucano Manuel de Carvalho Pais de Andrade, conclamando as outras províncias a seguir o exemplo do Nordeste, que ele chama de “zona tórrida”.

Em julho de 1824, as províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco haviam formado a **Confederação do Equador**. Inspirados no movimento de 1817, os revolucionários nordestinos queriam separar a região do Império, e aí instituir o regime republicano. A repressão do governo imperial foi violenta, e os principais chefes da Confederação foram condenados à morte. Em outras regiões do país, também estouraram movimentos separatistas. Nos anos que se seguiram à independência, cresceu o perigo de desintegração do território brasileiro.

Nesta aula, veremos como o governo imperial conseguiu derrotar as rebeliões provinciais e preservar a integridade territorial da jovem nação.

Movimento

Rio de Janeiro, a “nova Lisboa”?

Um dos principais líderes da Confederação do Equador foi frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, conhecido como **frei Caneca**. Crítico do governo de Pedro I, Caneca considerou a Constituição imperial, outorgada em fevereiro de 1824, “autoritária” e “centralizadora”. Autoritária, porque havia dado um poder excessivo ao imperador. Centralizadora, porque havia negado autonomia às províncias, tornando-as dependentes do poder central.

Caneca afirmava que, para os pernambucanos, a “opressão” e a “exploração” continuavam – só que não vinham mais de Portugal, e sim do Rio de Janeiro, que ele chamava de “nova Lisboa”.

Para os revolucionários da Confederação do Equador, a independência ainda não chegara. Independência, para eles, era sinônimo de república federativa, conforme o modelo norte-americano. Sabe o que isso significava? Segundo esse modelo, o país seria governado por um presidente eleito para um mandato determinado. As províncias teriam liberdade de se organizar livremente.

Por que esse caminho não foi seguido pelo Brasil independente? Por que nos tornamos uma **monarquia unitária**, com o poder centralizado no Rio de Janeiro? Para muitos, a figura do imperador, conhecida em todas as regiões do país, era a garantia da manutenção da integridade do território brasileiro. O fantasma da América Espanhola independente, republicana e dividida, assustava a elite política brasileira.

Desde as “guerras da independência”, era grande a preocupação com a preservação do território. Você deve estar se perguntando: mas a independência brasileira não foi conquistada sem “derramamento de sangue”? Não foi bem assim. No Pará, no Maranhão e, principalmente, na Bahia, as tropas portuguesas resolveram não aceitar a independência proclamada por d. Pedro I. Foram então contratados oficiais estrangeiros para comandar o Exército brasileiro, que impôs às províncias a aceitação da independência e manteve a unidade territorial do Império.

Vista do largo do palácio do Rio de Janeiro (século XIX).



As lutas da independência da Bahia se estenderam por quase um ano. No fim de outubro de 1822, d. Pedro enviou tropas do Rio de Janeiro, sob o comando do general Pedro Labatut. Este isolou as tropas portuguesas em Salvador, comandadas pelo general Madeira de Melo.

Em maio de 1823, a esquadra do almirante Cochrane cercou Salvador, que se rendeu em 2 de julho. Por isso, esse é o dia das festas da independência na Bahia.

Em tempo

A Confederação do Equador não foi o único movimento separatista que o governo imperial teve de reprimir a ferro e fogo. Em 1825, a Província Cisplatina, no extremo sul, proclamou sua independência do Império brasileiro, com o intuito de se incorporar às Províncias Unidas do Rio da Prata – futura Argentina. A guerra durou três anos, ao fim dos quais a Cisplatina se tornou um país independente com o nome de República Oriental do Uruguai.

A derrota na Cisplatina aumentou a crise financeira do Império e o descontentamento dos brasileiros contra o “imperador português”. Crescia a insatisfação com os privilégios dispensados aos interesses portugueses no Brasil, principalmente no comércio interno. Era preocupante, para os proprietários de terra e escravos, o acordo que d. Pedro fizera com os ingleses, comprometendo-se a acabar com o tráfico de escravos para o Brasil.

A perda de apoio militar e político fez com que, em 7 de abril de 1831, o imperador renunciasse ao trono brasileiro em favor de seu filho Pedro, então um menino de apenas 5 anos de idade, deixando-o entregue aos cuidados de José Bonifácio. Feito isso, retirou-se para a Europa, onde morreu em 1834.

D. Pedro I deixa o trono do Brasil para o príncipe d. Pedro.



Pausa

Com a renúncia de Pedro I, encerrou-se o período que é conhecido como **Primeiro Reinado (1822-1831)**. Volte ao texto e faça um breve levantamento dos movimentos que, nesse período, ameaçaram a integridade do território nacional.

As revoltas provinciais

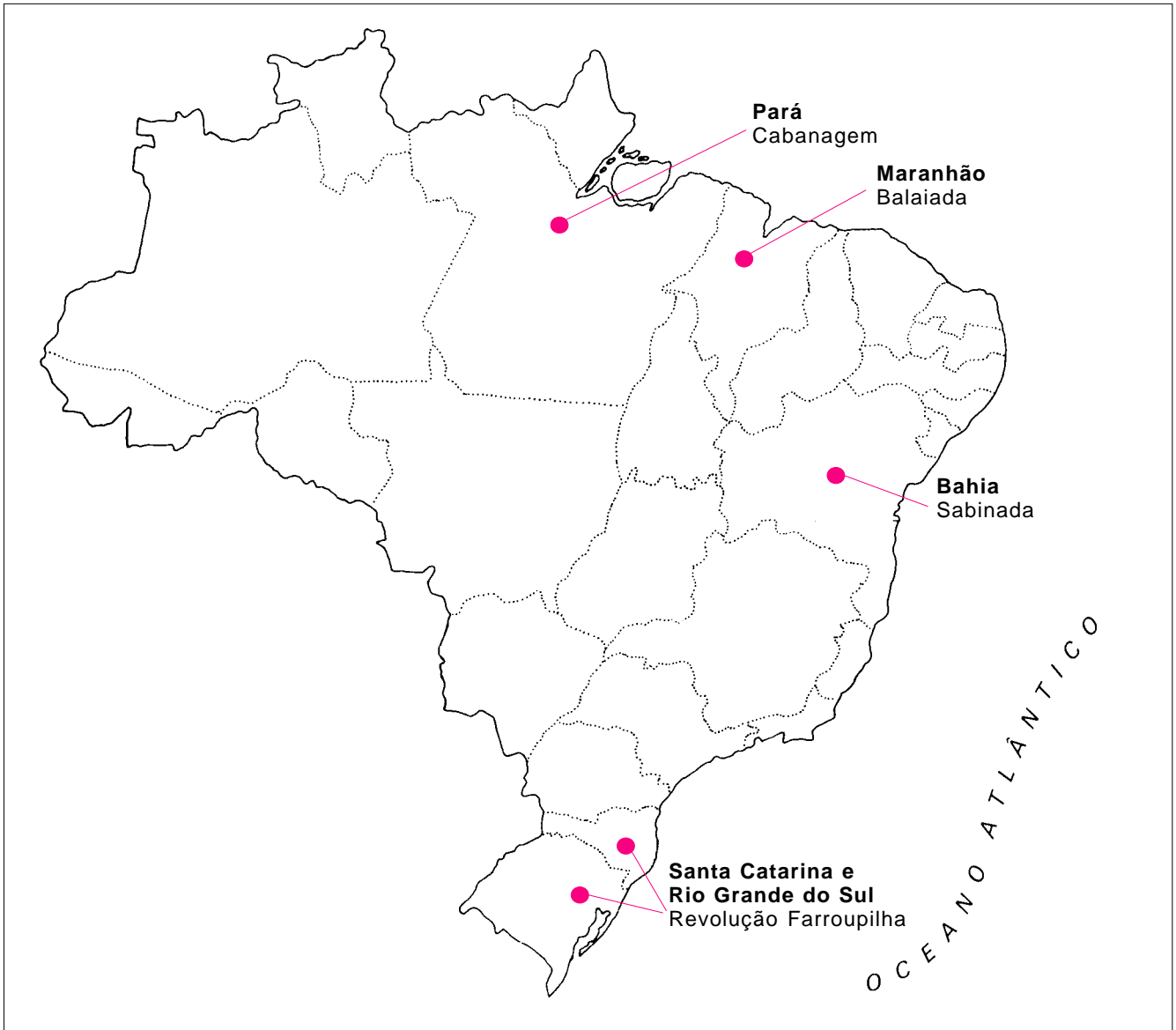
Um menino de 5 anos poderia assumir o trono brasileiro? Certamente, não. O que a Constituição de 1824 previa nesses casos? O imperador era menor até a idade de 18 anos completos. Durante a sua menoridade, o Império seria governado por uma **Regência**, composta de três membros e nomeada pela Assembléia Geral, ou seja, pelos deputados e senadores.

Assim foi feito, ao menos de **1831 a 1840**, quando Pedro II, antes do previsto, assumiu o trono. Tinha apenas 14 anos. Esses nove anos constituem o chamado **Período Regencial**. A partir de 1834, a regência passou a ser exercida não mais por três pessoas, mas por uma só.

As mudanças foram grandes, não é? Em vez de um imperador todopoderoso, o país passou a ser governado por regentes, cuja autoridade era muitas vezes contestada. Para alguns, era a oportunidade de se proclamar definitivamente a república. Para outros, era chegada a hora de as províncias terem mais autonomia. O Estado Imperial, até então encarnado na figura de Pedro I, estava enfraquecido. Um fantasma começava a rondar o jovem país: o perigo da desintegração territorial e da rebelião social.

Foram anos agitados, os da Regência. Em 1831 e 1832, só no Rio de Janeiro, estouraram cinco levantes populares em protesto contra os altos preços dos alimentos – cujo comércio era controlado pelos portugueses. As forças militares da capital reagiram com violência, e as revoltas foram sufocadas.

Nas outras regiões do país, de norte a sul, também pipocaram conflitos. O Exército Imperial, desorganizado e mal-equipado, não merecia a confiança do governo. A saída foi criar a **Guarda Nacional** – milícia armada, dirigida pelos grupos dominadores locais –, incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada.



Cabanagem, no Pará (1835-1840); **Sabinada**, na Bahia (1837-38); **Balaiada**, no Maranhão (1838-1840); **Revolução Farroupilha** ou **Guerra dos Farrapos**, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1835-45). Essas foram as principais revoltas que explodiram nas províncias durante a Regência. Os motivos que provocaram esses movimentos variaram de região para região: brigas políticas locais; descontentamento com a situação social; defesa de idéias republicanas. As notícias que chegavam dessas províncias eram preocupantes.

Em tempo

Num relatório enviado ao governo regencial, assim era descrita a situação do Pará, durante a Cabanagem:

A insurreição foi geral. Por toda parte aonde houve um homem branco ou rico a quem matar e alguma coisa que roubar aparecia logo quem se quisesse encarregar desse serviço, e deste modo ainda hoje estão em rebeldia todo o Alto e Baixo Amazonas(...) Todas as mais vilas, lugares, fazendas, casas e choupanas desta Província, ou ficaram habitadas por cabanos, se seus donos o eram; ou seus donos, se não fugiram, foram mortos e as casas ficaram ocupadas por cabanos...

Citado por Ilmar Mattos e Márcia de A. Gonçalves, *O império da boa sociedade*, p. 55

As revoltas que envolveram as províncias do norte – Maranhão e Pará – e do sul – Santa Catarina e Rio Grande do Sul – foram as mais graves e as que mais preocuparam o governo central.

No tempo da América Portuguesa, essas regiões ligavam-se diretamente a Lisboa. Agora, era preciso integrá-las ao novo território nacional. Distantes do Rio de Janeiro, as dificuldades de comunicação e transportes eram muito grandes, e o perigo de se separarem do resto do Império, maior ainda. Principalmente no sul, a proximidade com as repúblicas vizinhas – Argentina, Uruguai, Paraguai – era um grande incentivo para as províncias adotarem o regime republicano. Os farroupilhas chegaram a proclamar a república por duas vezes. Em 1836, no Rio Grande do Sul, fundaram a República Rio-Grandense, e três anos depois, em Santa Catarina, a República Catarinense.

Anarquia e desordem: era isso o que mais preocupava a elite política. Tente se colocar no lugar desses homens que tinham terras, escravos, comércio, que eram deputados, senadores, presidentes de província, juízes, militares, advogados. Essas rebeliões ameaçavam os seus bens, a sua segurança, e a integridade territorial do país.



D. Pedro II,
ainda criança.

A saída foi **fortalecer o poder central**. Em maio de 1840, com a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional proposta pelo regente conservador Pedro de Araújo Lima, foram retiradas das províncias várias de suas atribuições, principalmente no que se referia à nomeação de funcionários públicos. Em julho, graças à iniciativa dos liberais, foi decidida a **antecipação da maioria de Pedro II**, que, assim, pôde subir ao trono. Dessa forma, estava de volta a autoridade imperial.

D. Pedro II não estava, contudo, livre das agitações. A Revolução Farroupilha ainda ameaçava transformar as províncias do sul em repúblicas independentes. Em 1842, foi necessário esmagar revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais. A Guerra dos Farrapos se encerrou, finalmente, em 1845. A Revolução Praieira, de 1848, em Pernambuco, foi a última manifestação da agitação dos primeiros tempos do Brasil independente.

Até 1850, todas as revoltas provinciais foram controladas. Foi a vitória do projeto centralizador posto em prática pelos políticos conservadores, entre os quais podemos destacar Paulino José Soares de Sousa, o visconde de Uruguai; Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí; e Eusébio de Queirós. Graças a essa política centralizadora e conservadora, o Estado Imperial pôde manter a integridade do território nacional.

Na próxima aula, vamos examinar outros desafios que se colocavam para a jovem nação. Um dos maiores era definir o “povo brasileiro”. Quem faria parte da sociedade, e quem ficaria fora dela? Quem seria cidadão? Quem teria direito de voto? Que significava, afinal, ser liberal ou conservador? Acompanhe-nos.

Últimas
palavras

Exercício 1

Enumere os três principais desafios que a ex-América Portuguesa, recém-independente, tinha de enfrentar para se tornar Brasil.

Exercícios

Exercício 2

O primeiro imperador brasileiro, d. Pedro I, teve de enfrentar alguns movimentos que colocaram em risco a unidade territorial. Enumere-os.

Exercício 3

Releia o item **As revoltas provinciais** e responda:

- Por que ocorreram tantas rebeliões nas províncias durante o período regencial?
- Qual a solução que a elite política imperial escolheu para enfrentar o perigo da desintegração territorial?

